

**15. PROPOSTA – MINUTA DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR COM A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL:**

Submete-se minuta de “Acordo de mutação dominial a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, relativo à EN 101 do Km 91+473 ao Km 94+269 e à EN 201 do KM 63+500 ao Km 65+613, acordo esse que se anexa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA  
Gabinete do Presidente

A S de Junho.  
18 de 18

## **PROPOSTA**

Considerando a Informação técnica do Departamento de Planeamento e Ordenamento Territorial: "A alteração da afetação dominial de troços de estradas nacionais para o município tem já antecedentes no nosso concelho e reflete de um modo mais alargado a tendência fundamentada para a atribuição de competências e responsabilidades sobre segmentos de vias públicas cuja utilização é predominantemente de carácter urbano, com todas as valências funcionais inerentes, nomeadamente no âmbito da mobilidade, às autarquias que legitimamente as devem exercer.

De facto as parcelas de ENs a desafetar da IP passando a integrar a rede municipal, situam-se inseridas em zonas densamente habitacionais, com equipamentos associados, faixas de circulação pedonal adjacentes, zonas verdes marginais, intenso fracionamento de utilização privada (habitação, comércio, serviços, etc.), faixas de estacionamento.... Como consequência deste tipo de utilização estas vias acabam por constituir os canais preferenciais para a localização das mais diversas infraestruturas, com variadas entidades gestoras, nomeadamente: redes de saneamento de águas residuais domésticas, saneamento de águas residuais pluviais, redes de abastecimento de água, gás natural, iluminação pública e distribuição elétrica, redes de telecomunicações, fibra ótica etc.

Neste contexto é de todo natural que a sua gestão seja exercida pelo município e não por um instituto cuja vocação não é por certo a articulação em sede urbana dos diversos tipos de licenciamento e a criação de condições de habitabilidade das populações em regime de elevada concentração.

(...)



**CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**  
Gabinete do Presidente

É importante neste processo a realização de vistorias para que se possam aferir as condições em que se encontram os troços de via em causa, vistorias essas já realizadas, bem como a garantia por parte da IP quanto à correção das anomalias detetadas e elencadas.

Salvaguardadas as boas condições gerais em que estes troços deverão ser entregues, a permuta dominial para a rede viária municipal faz todo o sentido e é do interesse público que se concretize.”

Considerando as vistorias já efetuadas.

Considerando o parecer da DSJC: “(...) Assim sendo, no caso em apreço, basta analisar se estão verificados os requisitos aqui referidos para que as estradas em causa possam passar para o domínio municipal.

Quanto à redação do Acordo, nada parece haver à apontar.

O mesmo contém a legislação aplicável e a justificação da sua celebração, bem como já prevê os procedimentos a seguir, a saber:

- aprovação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes;
- atento ao artigo 25.º, n.º 1, alínea q) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, necessita da correspondente autorização prévia da Assembleia Municipal (também exigida pelo próprio art. 40º da Lei nº 34/2015); e,
- só entra em vigor após despacho de homologação do acordo, pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas rodoviárias. (...)”



**CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**  
Gabinete do Presidente

Assim, propõe-se a aprovação da minuta de “Acordo de mutação dominial a celebrar com a Infraestruturas de Portugal relativo à EN 101 do Km 91+473 ao Km 94+269 e à EN 201 do Km 63+500 ao Km 65+613.

Braga, 17 de Julho de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal

Ricardo Rio, Dr.

## ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL

O Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98 de 17 de julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, estabelece, designadamente no preceito do artigo 13.º, n.º 1, que as estradas não incluídas neste Plano devem integrar as redes municipais.

A integração destas estradas nas redes municipais é feita mediante acordo a celebrar entre o município interessado e, no presente, a Infraestruturas de Portugal, S.A., por ter sucedido à Estradas de Portugal, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

Acresce que, conforme resulta das Bases da concessão da rede rodoviária nacional, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de Novembro, designadamente do n.º 1 da Base 7-A, aditada pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, a Infraestruturas de Portugal, S.A. deve celebrar protocolos de transferência para a tutela das respetivas autarquias de todas as vias que, no PRN, deixaram de integrar a rede rodoviária nacional, tal como ali definida, e que a Estradas de Portugal, S. A., mantinha sob a sua jurisdição.

O Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015 de 27 de abril, estabelece, no artigo 40.º, que as estradas que deixem de pertencer total ou parcialmente à rede rodoviária nacional para integrar uma rede municipal devem ser transferidas para a titularidade do respetivo município. Estabelece também o procedimento relativo às mutações dominiais.

Assim:

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 13.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e do artigo 40.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, ao abrigo do qual foi obtida aprovação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes em \_\_\_\_de \_\_\_\_de 201\_\_, conforme despacho do \_\_\_\_\_;

Atento ao artigo 25.º, n.º 1, alínea q) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e à correspondente autorização prévia da Assembleia Municipal de \_\_\_\_\_ conforme resulta da ata de\_\_ de \_\_\_\_\_de 201\_\_;

Acrescendo ainda as disposições do artigo 2.º, do artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee) e do artigo 35.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

E, bem assim, dos artigos 1.º, n.º 3 e 13.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio e dos artigos 7.º, n.º 1, alínea b), 12.º e 13.º dos Estatutos da Infraestruturas de Portugal, S.A., anexos ao diploma legal referido por último;

Tendo a minuta do acordo que ora se vai celebrar sido aprovada pelo Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A., em reunião de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_ e pela Câmara Municipal de \_\_\_\_\_, em sessão de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_,

É celebrado entre:

A **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, com sede na Praça da Portagem, 2809-013 Almada, pessoa coletiva n.º 503 933 813, representada neste ato pelo \_\_\_\_\_ do Conselho de Administração Executivo, \_\_\_\_\_, nos termos da deliberação do Conselho de Administração Executivo de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 201\_\_, daqui em diante designada por **IP**;

E

O **Município** \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_ pessoa coletiva n.º \_\_\_\_\_, representado neste ato pelo \_\_\_\_\_ da Câmara Municipal \_\_\_\_\_, nos termos da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_, doravante designado por **M**\_\_.

O acordo de mutação dominial, que se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª

##### **Objeto**

O presente acordo tem por objeto a integração do troço de estrada da EN\_\_ entre o km \_\_ (cuja coordenada, no sistema ETRS89, são x e y) e o km \_\_ (cuja coordenada, no sistema ETRS89, são x e y), na extensão total de \_\_\_\_ km, na rede viária do **M**\_\_ conforme esboço corográfico que constituem o anexo I ao presente acordo, que dele faz parte integrante.

## **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

### **Situação do troço de estrada a transferir**

O troço de estrada identificado na Cláusula 1.<sup>a</sup> não está incluído no Plano Rodoviário Nacional e está sob tutela da **IP** nos termos estabelecidos no artigo 13.º, n.º 3 do Plano Rodoviário Nacional.

## **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

### **Mutação dominial**

1. A **IP** declara entregar ao **M**\_\_ e este declara receber o troço de estrada referido na Cláusula 1.<sup>a</sup>, que integra o domínio público rodoviário municipal.
2. Para os efeitos do número anterior, a transferência abrange o terreno ocupado pela estrada e seus elementos funcionais, abrangendo a faixa de rodagem, as bermas, as obras de arte, as obras hidráulicas, as obras de contenção, os túneis, as valetas, os separadores, as banquetas, os taludes, os passeios, as vias coletoras, as infraestruturas de iluminação, de demarcação, sinalização, segurança e proteção ambiental e, bem assim, as gares, árvores e demais plantas, com exclusão das parcelas de terreno sobrantes e a casa de cantoneiros ao km \_\_.

## **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

### **Canal Técnico Rodoviário**

1. A transferência do troço referido na Cláusula 1.<sup>a</sup> exclui a infraestrutura de canal técnico rodoviário destinada a alojar ativos de redes de telecomunicações, e que se mantém sob administração da **IP**.
2. Para efeitos do número anterior, caso haja necessidade de intervir na infraestrutura de canal técnico rodoviário, a **IP** articulará com o **M**\_ a data e os em que termos se efetuará essa intervenção.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup>

##### **Estado do troço de estrada a transferir**

A **IP** e o **M\_** consideram que o troço objeto do presente acordo, encontra-se em bom estado de conservação e de utilização.

#### Cláusula 6.<sup>a</sup>

##### **Correspondência**

A correspondência a dirigir entre as partes, no âmbito da execução do presente acordo, são efetuadas por carta registada com aviso de receção para os respetivos endereços:

- a. A correspondência que o **M\_** remeter à **IP** deverá ser efetuada para:  
Infraestruturas de Portugal, S.A.  
Direção \_\_\_\_\_  
Endereço postal: \_\_\_\_\_
- b. A correspondência que a **IP** ou seus representantes dirigirem ao **M\_** deverá ser efetuada para:  
Câmara Municipal de ...  
Direção de ....  
Endereço postal: \_\_\_\_\_.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### **Dever de colaboração**

1. O **M\_** e a **IP** obrigam-se reciprocamente a colaborar, no âmbito do presente acordo, em especial no que se refere ao seguinte:
  - a) Cumprimento de obrigações legais;
  - b) Formalização de situações constituídas;
  - c) Prestação de informação;
  - d) Fornecimento de documentos;
  - e) Defesa dos interesses das partes perante terceiros.
2. O dever de colaboração mantém-se para além do prazo de vigência do acordo.



**Cláusula 8.ª****Vigência**

O presente acordo vigora desde a data do despacho de homologação do presente acordo, pelo membro do Governo responsável pela área das infraestruturas rodoviárias.

**Cláusula 9.ª****Foro**

Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente Acordo e que não possam ser resolvidos por acordo entre as partes, serão dirimidos com recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Almada, de de 201\_

O \_\_\_\_\_ do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal,  
S.A.

\_\_\_\_\_  
( )

O Presidente da Câmara Municipal de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
( )



# EN101 do Km 91+473 ao 94+269





# EN201 do Km 63+500 ao 65+613

